

Ambiente Escolha de empresário gaúcho como 'Campeão Climático da ONU' sinaliza que se espera que as decisões das COPs passem à vida real

'Clima pode tirar o desenvolvimento dos trilhos', diz Dan Ioschpe

Daniela Chiaretti
De Belém

"A urgência climática é o desafio mais relevante da humanidade, não há nenhuma dúvida", diz o empresário gaúcho Dan Ioschpe. "A repetição do padrão de desenvolvimento socioeconômico dos últimos tempos nos levará a um problema grave e significativo, inclusive, o descarrilhamento deste caminho de desenvolvimento. E isso pode acontecer em breve", acredita. Na semana passada, o discreto executivo foi escolhido pelo presidente Lula como campeão climático da COP30, a conferência da ONU que acontecerá em novembro, em Belém. A escolha coincide com a marca que o Brasil pretende dar ao evento — passar da era das COPs dos grandes acordos para a fase de tornar concreto o que já foi decidido.

Se seus antecessores foram conhecidos pela capacidade de mobilizar a sociedade, Ioschpe é tido como um empresário que está fazendo a transição na prática — implementa as decisões das COPs no mundo dos negócios. "Dan é muito focado e sem blá-blá-blá", diz uma fonte. "Esperamos que faça a ponte entre o mundo das negociações e o da vida real". A expectativa é que ele se torne um executor da descarbonização na economia e ajude setores da sociedade a tomar clareza o que é preciso fazer para enfrentar a crise do clima. Se não é expert no tema, Ioschpe, apostado na presidência da COP 30, está engajado e tem perfil de quem busca soluções, prioriza e decide.

O brasileiro que se torna High Climate Champion, ou Campeão de Alto Nível do Clima para a COP30, preside o conselho de administração da Ioschpe-Maxion, empresa global que lidera a produção de rodas para automóveis. Faz parte dos conselhos de administração da WEG, Marpolo e Embraer e é vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp.

Ao liderar o Business 20 (B20 Brasil), durante a presidência brasileira do G 20, em 2024, tornou-se conhecido de diplomatas e tomadores de decisão em clima. O B20 é o fórum de diálogo global que conecta a comunidade empresarial aos governos do G20. Em nível muito amplo — não só com as 20 maiores economias, mas com os 197 países que assinam o Acordo de Paris —, este

é seu papel na COP 30, com mandato de dois anos.

Sua atuação, sob a presidência da COP30, será de diálogo entre governo e sociedade para tornar concretas as decisões do Balanço Global, o GST, resultado da COP28, em Dubai, e as mais de 470 promessas, declarações e alianças que envolvem cidades, regiões, empresas, sociedade civil. O problema é que esses compromissos não são monitorados e não se sabe se estão tendo algum resultado. "Sua experiência será crucial para sairmos da promessa à prática", diz a CEO da COP30, Ana Toni, no comunicado oficial. A escolha simboliza a virada das COPs climáticas para o momento da implementação.

Ioschpe pode falar ao setor privado e a governos subnacionais, que são os canais de execução das decisões das COPs. Implementação é foco importante para a COP30 e a posição de Ioschpe ganha relevância na agenda de ação que junto à negociação propriamente dita, à Cúpula dos Chefes de Estado e a mobilização é um dos quatro pilares da COP30.

O cargo tem importância errática nas COPs, a depender do carisma do ocupante e da relevância da conferência. A primeira, em 1992, foi a diplomata francesa Laurence Tubiana, uma das arquitetas do Acordo de Paris. A ideia, que surgiu na COP 21, na França, era entusiasmar todos os setores da sociedade que não negociam — o privado e financeiro, os governos subnacionais e todos os atores da sociedade civil.

Outros campeões climáticos, como o britânico Nigel Topping e o chileno Gonzalo Muñoz, também foram fortes mobilizadores da sociedade. Em 10 anos, conseguiram inspirar para a ação climática 40 mil instituições no mundo. A escolha de Ioschpe busca dar outro caráter à função do Champion: tem a intenção de fazer com que o setor privado, financeiro e a gestão de cidades e regiões, saia das promessas de mitigação e adaptação e faça com que sejam aplicadas. "Sou otimista porque há muitas soluções a serem disseminadas, mas também sou muito racional", diz Ioschpe. A seguir os principais pontos da entrevista que concedeu ao Valor.

O convite

Talvez por eu ter trabalhado no projeto do B20, em 2024, acabei ficando conhecido por pessoas

de diferentes agendas, e imaginei que o meu nome foi lembrado em algum momento. Não conheço o processo deste convite e sei que gente de altíssima qualidade estava desejosa de fazer esse trabalho. Um dia recebi um telefonema da ministra Marina Silva, que me falou sobre isso. Conversei também com o presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago, e com a diretora-executiva da COP 30, Ana Toni. Disse que aceitaria a missão, mas teria prazer, também, em ajudar quem fosse escolhido. Depois de um hiato de algumas semanas, fui novamente procurado pela ministra, o embaixador e Ana, e formalizaram o convite.

A tarefa

Cada vez estou conhecendo mais. O desafio é acelerar, dinamizar e incentivar uma agenda que já está muito bem definida, que os governos pactuaram há um bom tempo e que é fundamental para o bem-estar da humanidade e o desenvolvimento socioeconômico mais adequado. Para isso é preciso que essas metas tenham a maior difusão e incentivo possíveis. Precisamos disseminar as melhores práticas do que já foi implementado para que essa roda se acelere e gire cada vez mais. A posição do Champion não é negociar com os governos, mas ativar esse outro lado, que é super importante. É usar esse arcabouço existente e fazer com que alcance a expansão máxima possível na sociedade.

Circunstâncias podem ajudar ou atrapalhar esse andamento, mas me parece que essa ação continuada das COPs, dos Champions, das estruturas que foram criadas, está dando resultado. Talvez não seja tudo o que se almejava, mas existem resultados palpáveis que melhoraram a nossa situação.

Só para o setor privado?

O trabalho é com a sociedade como um todo. Existem organizações não privadas e não empresariais que têm impacto decisivo. Governos têm uma parcela enorme de responsabilidade em clima, mas não vão realizar todas as ações necessárias porque estão espalhadas e fragmentadas na sociedade. Talvez a intenção de me convidarem tenha sido a de se ter um olhar com viés do mundo dos negócios em que a gente precisa, o tempo inteiro, tomar decisões e priorizar, avaliando todos os stakeholders. Mi-



"Mundo tem questões geopolíticas, mas tema do clima é superveniente"

na ideia, dentro do possível, é escutar a todos. Além de justo é mais eficiente ter diferentes visões que, de certa forma, acabam convergindo para o objetivo.

Energias renováveis

Há a definição de se triplicar a capacidade de energias renováveis. Como é que fazemos isso acontecer? É preciso ter incentivos governamentais, mas também pegar casos virtuosos e os disseminar ao redor do mundo, para demonstrar que existe a possibilidade de se fazer um caminho de resultados mais rápido e mais fácil do que se imagina. Ou seja: conversando com as políticas públicas, como é possível dinamizar esse plano de ação? Na minha visão, temos que buscar priorizar ações que terão impacto mais relevante para a obtenção dos resultados. Há hoje uma lista grande de ações em curso. Devemos estudá-las e encontrar as que fazem diferença.

Governos não voam aviões

Outro exemplo é o do SAE, o combustível sustentável da aviação. O setor aéreo é um grande mo-

dal de geração de carbono mas onde já há um caminho tecnológico de solução. Ainda estamos na infância deste processo, patinando para implementar. E isso não virá dos governos, porque governos não voam aviões. Trata-se de um ecossistema de companhias aéreas, passageiros, aeroportos: como fazer para que avance?

Para dar um exemplo prático: como podemos alinhar o desenvolvimento do combustível da aviação com o processo dos carros elétricos, onde se conseguiu ter uma arrancada significativa? Na minha visão, que sou do setor automotivo, temos que pensar no todo dessa equação — não basta andar com um carro elétrico, há que se entrar no ciclo de vida completo daquela geração de energia para se garantir que a eficiência está preservada ao longo da cadeia.

Hidrogênio

Também é chave e pode apoiar setores com mais dificuldade em descarbonizar, como a siderurgia, cimento, petroquímica. Estamos em um estágio muito inicial. Precisamos dar passos grandes.

Urgência climática

É o desafio mais relevante da humanidade, não há nenhuma dúvida. Temos encontrado soluções que podem nos levar a atingir os objetivos, o que é significativa, na minha visão pessoal, o

desenvolvimento socioeconômico. A repetição do padrão de desenvolvimento socioeconômico dos últimos anos nos levará a um problema grave e significativo, inclusive, o descarrilhamento deste caminho de desenvolvimento. Não conseguiremos ter atividade socioeconômica normal numa situação de crise climática continuada a partir de um certo ponto, e isso pode ser muito em breve. Precisamos alterar essa situação. Isso passa pela ação climática, que poderia nos levar a ter controle melhor de situações que agredem o nosso planeta e que permitiriam a continuidade de um caminho socioeconômico positivo para toda a humanidade. Acho que é essa a ambição: que a gente consiga encontrar soluções.

Mundo em turbulência

O mundo hoje tem questões geopolíticas, e é o que vai ocorrer ao longo das décadas. Mas o tema do clima está acima, é superveniente. Se olharmos os últimos 15 anos, avançamos muito nessa agenda, mesmo em tempos turbulentos em que vivemos até uma pandemia. Como temos uma questão que está acima das outras e atinge a todos, vamos precisar de resolução. Acredito na combinação de relevância com resiliência. Quando a maré não está favorável, a gente acha outros caminhos.

Para especialistas, perda de área rural para infrator é avanço

Davi Vittorazzi
De Brasília

Às vésperas do período de seca e aumento das queimadas ilegais no Brasil, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), analisará pedidos que defendem a perda de propriedade rural para infratores ambientais responsáveis por desmatamento e incêndios ilegais.

Especialistas ouvidos pelo Valor veem a medida pela Suprema Corte como uma forma de dar uma resposta mais forte aos crimes ambientais, para os quais, segundo eles, as punições da Justiça comum costumam ser mais brandas.

Para isso, o ministro deve usar o entendimento de que o artigo 243 da Constituição Federal seja aplicado também para enquadrar o desmatamento e os incêndios ilegais.

Atualmente, esse dispositivo da lei determina que as propriedades rurais e urbanas que culti-

varem plantas ilegais — usadas para tráfico de drogas, por exemplo — ou explorarem trabalho escravo serão expropriadas somente para reforma agrária e programas de habitação popular.

A proposta vem sendo discutida em audiências de conciliação no âmbito de três autos no Supremo sobre prevenção e combate de incêndios na Amazônia e no Pantanal. O mais recente pedido protocolado, nesse mesmo sentido, foi feito pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso em 13 de março deste ano. Nas reuniões, Dino já se mostrou favorável à aplicação da interpretação.

De janeiro a dezembro de 2024, mais de 30,8 milhões de hectares foram queimados no Brasil, área equivalente ao território da Itália, segundo dados da plataforma Monitor do Fogo, do MapBiomas.

A subprocuradora-geral da República e coordenadora da Câmara Ambiental do Ministério Público Federal (MPF), Luiza

Cristina Frischeisen, considera que o poder público atualmente encontra "dificuldades operacionais" para obter provas para identificar o autor de crimes ambientais. "O incêndio quando começa na floresta Amazônica, por exemplo, é longe da cidade, e normalmente vai se identificar o incêndio por satélite", explica.

Frischeisen detalha que essa identificação das propriedades rurais depende da atuação dos governos estaduais. Conforme ela, em alguns casos até existe a aplicação de ações civis, como ressarcimento e regeneração das áreas. No entanto, a identificação

"Identificação de propriedades depende de governos estaduais"
Luiza C. Frischeisen

dos infratores não é tão comum.

Ela lembra que no ano passado a Procuradoria-Geral da República (PGR) conseguiu identificar e denunciar, por exemplo, os responsáveis pelos incêndios ocorridos no Parque Nacional de Brasília (Parna). Ainda assim, porém, os crimes ambientais geralmente envolvem penas leves e que, mesmo quando a autoria é confirmada, a prisão dos culpados é incomum. Devido à demora dos processos, há o risco de o crime prescrever antes de ser efetivamente punido.

"O Supremo teria que fazer uma leitura por analogia para se ter essa posição", diz Frischeisen, que afirma que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, já sinalizou ser favorável à interpretação do artigo 243 da Constituição para os casos de incêndios e desmatamento.

Fernando Prioste, advogado especialista em tema ambiental do Instituto Socioambiental (ISA), além da aplicação do arti-

go em questão, reforça que todas as propriedades devem respeitar a premissa constitucional de atender a uma função social.

Ele também destaca a importância de uma fiscalização mais robusta por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), garantindo que as terras sejam destinadas de maneira adequada e em conformidade com a legislação.

"Essas medidas que dizem respeito à expropriação das áreas onde há crime ambiental são muito importantes e se conectam com a proposta de reforma agrária [de terras com função social] prevista na própria Constituição", afirma.

O especialista explica que, no caso da expropriação, onde há cultivo de psicotrópicos ou onde há trabalho escravo, a pessoa perde a posse de sua propriedade sem direito a indenização. Já a situação de desapropriar, que pode ser feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é

diferente, já que prevê um pagamento de título da dívida pública no prazo de até 20 anos.

"Tanto a medida da expropriação, como a fiscalização do Incra, do cumprimento da função social ambiental da área, são medidas, na minha forma de ver, muito eficazes", acrescenta Prioste, ao defender a medida para combater os crimes ambientais.

"O direito penal tem um limite muito visível de coibir os crimes, mas essas possibilidades de expropriação e desapropriação, eu acho que são muito mais eficazes do que o próprio processo", argumenta.

"Expropriação e fiscalização do Incra são medidas muito eficazes"
Fernando Prioste